



PROJETO DE LEI

P.L. 15/2001-E Recebido em 30MAR2001 Câmara Municipal de Agudo

INSTITUI O PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA VINCULADA À EDUCAÇÃO-"BOLSA-ESCOLA".

LAURO REINOLDO REETZ, PREFEITO MUNICIPAL DE AGUDO,

FAÇO SABER, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

- Art. 1º- Fica criado o Programa de Renda Mínima vinculada à educação "Bolsa-Escola", com o objetivo de incentivar e viabilizar a permanência das crianças beneficiárias na rede escolar e oferecer ações sócio-educativas, em horário complementar.
- Art. 2°- Os recursos da União, originários do Programa Nacional de Renda Mínima vinculada à educação "Bolsa Escola", criado pela Medida Provisória n.º 2.140 de 13 de fevereiro de 2001, serão destinados exclusivamente às famílias que preencherem as seguintes condições, cumulativamente:

I - ter renda familiar per capita inferior a meio salário mínimo;

II – ter filhos e/ou dependentes com idade entre 6 e 15 anos, matriculados em estabelecimentos de ensino fundamental;

III - comprovação de residência no município;

- § 1º- Considera-se família a unidade nuclear, eventualmente ampliada por outros indivíduos que com ela possuam laços de parentesco e que formem um grupo doméstico, vivendo sob o mesmo teto e mantendo sua economia pela contribuição de seus membros.
- § 2º- Serão computados para cálculo da renda familiar os rendimentos de todos os membros adultos que compõem a família, inclusive os valores concedidos por programas federais instituídos de acordo com preceitos constitucionais, tais como: previdência rural, seguro-desemprego e renda mínima a idosos e deficientes, bem como programas estaduais e municipais de complementação pecuniária.
- Art. 3º- Caberá à Secretaria Municipal de Educação e Cultura a implantação e execução do Programa instituído.
- Art. 4º- Fica o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente responsável pelo acompanhamento e avaliação da execução do Programa no Município.

Atti

Projeto de Lei - fl. 2

- Art. 5º- A Secretaria Municipal de Educação e Cultura e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente devem trabalhar em parceria na execução do Programa.
- Art. 6°- À Secretaria Municipal de Educação e Cultura e ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente competem à elaboração de normas que disciplinarão os mecanismos de inscrição e seleção das famílias, bem como de execução do Programa, de acordo com os critérios estabelecidos nesta Lei, na Medida Provisória n.º 2.140, de 13 de fevereiro de 2001 e subsequentes.
- Art. 7º- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.
- Art. 8º- Revogam-se as disposições em contrário.

. GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL, aos 29 de março de 2001.

LAURO REINOLDO REETZ

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

HASSO HARRAS BRÄUNIG

Sec. Mun. de Administração



MENSAGEM

Senhor Presidente e Senhores Vereadores:

Apresentamos à consideração dessa Egrégia Câmara Municipal o incluso Projeto de Lei, que INSTITUI O PROGRAMA DE RENDA MÍNIMA VINCULADA À EDUCAÇÃO - "BOLSA-ESCOLA".

O presente Projeto de Lei visa a inclusão de nosso Município no referido Programa que, através da destinação de verba mensal à famílias carentes, busca incentivar a permanência das crianças de 06 a 15 anos na escola.

O Governo Federal responderá por 100% dos recursos destinados às famílias beneficiadas pelo Programa e, cada família receberá mensalmente R\$15,00 (quinze reais) para cada filho matriculado e frequentando o ensino fundamental regular, podendo ser atendidas até 03 (três) crianças de uma mesma família.

Os recursos do Governo Federal serão repassados à Caixa Econômica Federal que, por sua vez, fará o pagamento dos beneficios concedidos às famílias, que receberão um cartão magnético, em nome da mãe da(s) criança(s), para o recebimento do dinheiro.

Certos de contarmos com a Vossa colaboração para aprovação, em regime de urgência, subscrevemo-nos,

Atenciosamente,

LAURÓ REINOLDO REETZ

Prefeito Municipal